

Márcia Kallume



Miguel Jorge (E), com Eduardo Azeredo na CRE: Brasil já saiu da recessão e terá "imensas oportunidades" em 2010

Ministro prevê recuperação das exportações

Ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, disse à Comissão de Relações Exteriores que a volta à normalidade da economia mundial terá maior efeito nas exportações que uma possível valorização do dólar. Brasil exportou 24,7% a menos em 2009. **7**

Sarney extingue 511 cargos e diz que reforma vai ao Plenário

Medida anunciada ontem visa corrigir casos de redundância, paralelismo ou sobreposição de atribuições

Ao comunicar ao Plenário a extinção de 511 cargos da estrutura administrativa do Senado, o presidente da Casa, José Sarney, afirmou que já se colhem os resultados dos trabalhos de organização administrativa. Sarney anunciou também que encaminhará a todos os senadores e submeterá ao Plenário o trabalho de reformulação administrativa encomendado à Fundação Getúlio Vargas. **3**



Jane Araújo

Mão Santa (E), Sarney, Claudia Lyra, Heráclito Fortes e César Borges: Mesa permitiu que líderes partidários possam ter até dois funcionários em escritórios estaduais

Pode o eleitor anular mandato de políticos?

Proposta de Pedro Simon que consolida três PECs sobre a possibilidade de eleitores vetarem leis, convocarem plebiscitos e revogarem mandatos foi debatida ontem em audiência na CCJ e gerou controvérsias. **4 e 5**

Em defesa de municípios, DEM obstrui

O DEM vai obstruir as votações no Senado e na Câmara enquanto o Congresso não examinar o projeto que garante R\$ 1 bilhão de compensação aos municípios. O anúncio foi feito pelo líder José Agripino. **2**

Turismo como fonte de riqueza e aliado da preservação

A necessidade de eliminar gargalos de infraestrutura, investir em qualificação profissional e expandir as rotas turísticas foi defendida pelos senadores que participaram da sessão especial que comemorou o

Dia Internacional do Turismo. O tema do evento – a busca da ecoeficiência – motivou apelos em favor de práticas turísticas preservacionistas em todo o mundo. **8**



José Cruz

Além de senadores, participaram da sessão representantes de organizações que atuam no setor turístico brasileiro

Líder no Senado, José Agripino diz que partido obstruirá as votações na Casa e na Câmara enquanto não for apreciado o projeto que destina R\$ 1 bilhão às prefeituras

DEM recorre a obstrução para votar socorro aos municípios

O LÍDER DO Democratas no Senado, José Agripino (RN), anunciou em Plenário que seu partido obstruirá todas as votações, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, enquanto o Congresso Nacional não votar o projeto de suplementação orçamentária aos municípios no valor de R\$ 1

bilhão. O senador disse acreditar que a liderança do PSDB irá acompanhar essa decisão.

– O meu partido obstruirá toda e qualquer votação até que nós votemos em favor dos municípios e possamos contribuir com o nosso gesto para a abertura das portas de várias prefeituras, que trancaram as portas por falta de meios para



José Agripino diz acreditar que o PSDB tomará a mesma decisão

operar – afirmou.

Segundo Agripino, a matéria não seria mais votada na tarde de ontem, conforme havia sido acordado com as lideranças, mesmo as do governo e do PT nas duas Casas, por decisão dos partidos da base governista. O senador informou que muitas prefeituras estão enfrentando dificuldades desde que os re-

passes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foram reduzidos em razão da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), concedida pelo governo a vários produtos, como forma de combater a crise econômica.

Se a proposta não for aprovada a tempo de os recursos serem liberados até o dia 30 deste mês, alertou o líder, muitos municípios não terão como pagar seus funcionários.

A líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), segundo o senador, prometeu a ele tratar do assunto na próxima semana, quando o projeto poderá ser votado.

Cristovam lembra aumento no STF e cobra piso dos professores

“Não é possível que consigamos tão rapidamente elevar o teto salarial do funcionalismo quando há mais de um ano corre no Supremo um pedido de inconstitucionalidade contra a lei que criou o piso dos professores.” A afirmação foi feita por Cristovam Buarque (PDT-DF) ao registrar a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na terça-feira, do aumento do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que é o teto salarial do funcionalismo público.

O senador assinalou que o aumento nos vencimentos dos ministros nem sequer foi debatido em Plenário. Na sua avaliação, seria uma oportunidade de discutir a desigualdade entre o teto e o piso no Brasil. “Pior ainda: enquanto o teto do Supremo é aprovado sem maiores questionamentos, o piso dos professores, R\$ 950, um valor 30 vezes inferior ao teto, nem sequer foi implantado em virtude das ações que tramitam no Supremo”, lamentou.

Segundo Cristovam, a consequência da não valorização dos profissionais da educação pode ser percebida quando a imprensa noticia, como fez esta semana, que aumentou o número de analfabetos adultos no Brasil. Também é reflexo dessa situação, completou, o crescimento do número de crianças na faixa de nove a 14 anos que, mesmo matriculadas, não sabem ler.

– A desigualdade salarial leva à tragédia que o Brasil vive. E ainda tem quem se surpreenda com o aumento da violência ou com o fato de que hoje as entidades que oferecem emprego têm vagas sobrando, enquanto cresce o número de desempregados. Não existe a ponte entre a vaga e o desempregado, que é a qualificação profissional. E a mãe da qualificação é a educação de base – apontou.

Em aparte, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse não entender os motivos que levam um governo a protelar a aplicação da regra do piso salarial dos professores. Lembrou que na época em que gover-



Cristovam: “Elevação do teto nem sequer foi debatida no Plenário”

nou Minas Gerais a situação dos estados era muito mais difícil, e, no entanto, ele e Cristovam, que no mesmo período governava o Distrito Federal, implantaram o piso salarial da categoria. No caso de Minas, registrou, o orçamento da educação passou a representar 45% do orçamento estadual.

Também em aparte, José Agripino (DEM-RN) expressou sua discordância com governadores que utilizam a pasta da educação, pelo orçamento elevado que tem, com fins eleitoreiros. Ele classificou tal atitude como “perversidade pura” por produzir analfabetismo, queda na qualidade de ensino e sucateamento da rede escolar.

Azeredo quer nome de Aleixo no rol de presidentes

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) anunciou ontem, em Plenário, a apresentação de projeto de lei para incluir o nome do mineiro Pedro Aleixo no rol dos presidentes da República. Vice-presidente de Arthur da Costa e Silva durante o regime militar (1964-1985), Aleixo deveria ter assumido a Presidência em 1969, quando Costa e Silva teve que se afastar por motivos de saúde. Porém, de acordo com Azeredo, sua defesa da retomada das liberdades democráticas – ele votou contra o AI-5 – incomodou os militares no poder.

– Não permitiram que ele assumisse a Presidência porque temiam que adotasse posturas



Militares impediram Pedro Aleixo de assumir a Presidência, diz Azeredo

liberais. Pedro Aleixo lutou pela democracia por dentro da estrutura militar e contribuiu para a restituição das liberdades – recordou o senador.

Na justificativa do projeto, Eduardo Azeredo diz que seu objetivo é “preservar para as gerações futuras a verdade dos fatos e resgatar a participação heroica de personagens que devem servir de exemplo para todos os que lutam por um país mais humano e fraterno”.

Azeredo afirma ainda que não seria a primeira vez que um político que não chegou a assumir a Presidência da República teria seu nome unido para a suprema magistratura. Ele lembrou que Tancredo Neves, falecido em 1985, antes de assumir o cargo, teve seu nome acrescentado à galeria em 1986, por sua importância histórica.

Jefferson Praia critica fechamento de bases da PF no Amazonas

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) comunicou ontem ao Plenário a apresentação de requerimento de informações ao Ministério da Justiça sobre o fechamento das bases flutuantes da Polícia Federal (PF) de Candiru, no rio Amazonas; Anzol, no rio Solimões; e Grarateia, no rio Sá. O parlamentar disse ter informações de que o fechamento foi determinado por falta de verba para pagamento dos agentes destacados para trabalhar nessas bases.

– Essas três unidades, ao encerrar suas operações, abriram grave lacuna na segurança amazônica, visto desempenharem papel importantíssimo na defesa da nossa fronteira norte, contra o contrabando, o narcotráfico e o tráfico de armas – criticou.

O senador também denunciou a condição precária de sobrevivência de comunidades indígenas situadas na região noroeste da Amazônia, mais precisamente no município de São Gabriel da Cachoeira (AM). Ele informou que a população do local, de difícil acesso, não tem sido beneficiada com os programas sociais do governo federal e registra índices de



Senador denuncia atendimento médico precário em aldeias indígenas

mortalidade infantil semelhantes aos dos países mais pobres da África.

Com lanchas da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) empilhadas por falta de motor, os profissionais de saúde que ainda se dispõem a trabalhar naquelas regiões dependem de favores de terceiros para chegar às aldeias e tratar de doenças como a diarreia, a campeã de mortes no local, afirmou o senador.

Jefferson Praia disse que os ministérios responsáveis já foram comunicados e ficaram de tomar providências.

Oswaldo Sobrinho aponta falhas no seguro obrigatório de veículos

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) destacou ontem os principais pontos tratados na audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre as novas regras e os problemas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT). Segundo ele, a maior falha detectada está no fato de que o cidadão que pagou o seguro obrigatório não vem recebendo o devido atendimento médico, em caso de acidente, por displicência das seguradoras.

O senador relatou que a reunião tratou de dois aspectos fundamentais sobre o seguro: o fato de o DPVAT ter um caráter eminentemente social e a questão do elevado montante de recursos que esse seguro movimenta. Ele citou dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), de 2008, que mostram que foi autorizado o pagamento de mais de R\$ 1,6 bilhão em indenizações.

– Isso é uma montanha de dinheiro – dimensionou o senador.

Para ele, depois de ouvir os



Vítimas de acidentes não têm obtido o tratamento devido, diz Sobrinho

representantes das 70 empresas consorciadas que formam a Seguradora Líder do DPVAT e os representantes da área de saúde, pública e privada, ficou claro que o que está havendo é uma “verdadeira e insustentável indústria da intermediação”. E as distorções, acrescentou, realmente parecem privilegiar o grupo de seguradoras.

– As seguradoras, que são bons capitalistas, e o governo, que é um bom cobrador, estão, nessa situação, um dando cobertura ao outro, e o povo, lastimavelmente, recebendo o mau atendimento nos hospitais – lamentou Oswaldo Sobrinho.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário faz sessão não deliberativa

Às 9h, a sessão é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores inscritos, estão Pedro Simon (PMDB-RS) e Mário Couto (PSDB-PA).

Presidente do Senado diz que a Casa já está colhendo os resultados dos trabalhos de reestruturação; proposta da FGV vai ao Plenário

Sarney anuncia extinção de 511 cargos na estrutura administrativa do Senado

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, assinou ontem o Ato 371/09 extinguindo 511 cargos existentes na estrutura administrativa da Casa. De acordo com a justificativa do documento, os cargos extintos são casos de redundância, paralelismo ou sobreposição de atribuições ou ainda se referem a funções que podem ser terceirizadas.

A edição do ato já havia sido divulgada na manhã de ontem, logo após reunião da Mesa do Senado. O 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), disse que já estão sendo feitos estudos para verificar se há a necessidade de extinguir mais cargos.

Ao comunicar a decisão ao Plenário, à tarde, Sarney afirmou que o Senado já está colhendo os resultados dos trabalhos de

organização administrativa. O ato do presidente deverá ser convalidado por um projeto de resolução a ser submetido à análise de todos os senadores.

Começo

Momentos depois de José Sarney anunciar a extinção de 511 dos 1.000 cargos efetivos existentes na Casa que aguardam preenchimento, Heráclito Fortes afirmou que esse é apenas o começo de uma série de medidas administrativas destinadas a modernizar a instituição.

– Não vamos parar aqui. Estes são os primeiros 500 cargos que estão sendo extintos. São cargos da estrutura do Senado que estamos cortando para evitar que sejam preenchidos. São cargos que a modernização administrativa fez com que se tornassem

desnecessários.

O 1º secretário disse ter certeza de que esse número será ampliado e definiu a providência como primeiro passo para o prometido enxugamento da máquina administrativa do Senado. Heráclito ressaltou não dispor ainda de números sobre o quanto isso significará em economia com pessoal.

– Estamos cortando, evitando que esses cargos sejam preenchidos, evitando despesas futuras para o Senado. São cargos que estavam em aberto, alguns por conta de aposentadorias ou de pessoas que saíram para ocupar funções noutros órgãos. Eram cargos vagos que a partir de agora deixam de existir. Estamos num processo de enxugamento do Senado.

De acordo com o diretor-geral

do Senado, Haroldo Tajra, a maioria dos cargos extintos se situa na gráfica. Tajra disse que o Senado tem hoje 9.500 funcionários, entre efetivos, comissionados e terceirizados.

Escritórios

Também ficou decidido na reunião da Mesa diretora realizada ontem de manhã que os líderes partidários poderão ter até dois funcionários comissionados atuando em seus escritórios nos estados. Indagado se isso não produzirá mais despesa para o Senado, Heráclito Forte afastou a hipótese.

– É apenas uma alteração, decidida por unanimidade, que não gera nenhuma despesa. É apenas para atender a uma reivindicação dos líderes – disse Heráclito.



Marcia Kalume

Mercadante diz que não foi consultado sobre decisão da Mesa

Mercadante vê medida como "retrocesso"

Na noite de ontem, a assessoria de imprensa do líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, Aloizio Mercadante (SP), informou que o senador não foi consultado sobre decisão da Mesa de permitir que funcionários lotados nos gabinetes das lideranças partidárias possam trabalhar nos estados.

Por meio de sua assessoria de imprensa, Aloizio Mercadante afirmou: "Não assinei nenhum ofício e desconheço essa medida. Considero a medida um retrocesso".

Banda O Rei e o Plebeu faz tributo a Roberto e Raul

A banda O Rei e o Plebeu fez ontem uma homenagem, repleta de *rock and roll*, a Roberto Carlos e Raul Seixas, no auditório do Interlegis, no Senado Federal.

O show foi a quarta apresentação do projeto musical Pratas da Casa, lançado pelo programa Senado Cultural.

O assessor parlamentar Fernando Neves, que trabalha no gabinete do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), no contrabaixo; Diogo Mutti, na guitarra; Kadu, na bateria; Ron Lemos, no teclado; e Luiz Rabelo, no vocal, apresentaram, durante quase uma hora, um repertório de muitas canções que se tornaram imortais em gravações de Raul Seixas e Roberto Carlos. *Negro gato, ilegal, imoral ou engorda, Tu és o MDC da minha vida e Metamorfose ambulante* foram algumas das músicas apresentadas no show promovido pelo programa Senado Cultural "Um tributo a Roberto Carlos e Raul Seixas".

O Pratas da Casa prosseguirá na próxima quinta-feira, com Angela Brandão e grupo Marambaia, homenageando Luiz Gonzaga. Já passaram pelo palco do Interlegis, este ano, Vanessa Pinheiro, interpretando Nara Leão e Dolores Duran; Assis Medeiros e a banda Brasília 7 Zero, do guitarrista Daniel Reis, ambos também tocando Roberto Carlos e Raul Seixas.



Mão Santa (E), Sarney, Heráclito e César Borges em reunião da Mesa diretora: líderes poderão ter até dois funcionários comissionados em escritórios nos estados

Proposta da FGV vai ao exame do Plenário

O trabalho de reformulação administrativa da Casa, encomendado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi concluído, segundo anunciou ontem, em Plenário, o presidente do Senado, José Sarney. Ele disse que o trabalho foi submetido ao Conselho Diretor, formado por servidores, que terminaram de examiná-lo, e será distribuído a todos os senadores para que também examinem por duas ou três semanas antes de levá-lo à votação em Plenário.

– Posso adiantar que esse trabalho oferece o enxugamento de 40% da máquina administrativa nossa e reduz a apenas sete diretorias a direção da Casa. Além de toda uma organização modernizante, vai, sem dúvida, ser um exemplo para a organização administrativa no Brasil.

Sarney também comunicou que, através de um ato da Mesa, extinguiu 511 cargos efetivos do quadro de pessoal. Ele afirmou ter submetido à apreciação da

Mesa diretora, que o aprovou.

Questionamento

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse que considerou adequada a extinção dos 511 cargos e perguntou sobre a decisão de permitir às lideranças partidárias a transferência de dois assessores para os estados de origem dos líderes. Sarney explicou que esse tipo de transferência havia sido proibido, mas como recebeu um abaixo-assinado de todos os líderes pedindo que fosse aberta exceção para três cargos em seus escritórios estaduais, a Mesa aprovou o pedido.

O senador José Agripino (DEM-RN) disse que não assinou o documento mencionado por Sarney e que não concorda com a medida. Ele acrescentou que a liderança do Democratas não tem e não quer ter um ou vários assessores em seu estado.

– Eu não fui consultado sobre esse fato. Não fui, não

concordo, não tenho nenhum [funcionário]. Na liderança do Democratas não há nenhum funcionário lotado no meu estado, e eu acho que é desinteressante. Eu não assinei esse documento, eu não me lembro de me terem sido sugeridos, mas são casos para serem apreciados e serem definidos – afirmou.

Aparteando Agripino, Casagrande disse que a decisão de permitir aos líderes partidários criar cargos nos estados é um retrocesso e que é preciso organizar a Casa para torná-la cada vez mais transparente.

– E, de fato, nós não podemos dar passos atrás. Vossa Excelência está dizendo que não assinou o documento criando os cargos nos estados. Acho que esse é um assunto que pode parecer que estamos dando passos atrás. E agora nós temos que, de fato, dar passos adiante no sentido de organizar, de fato, a Casa e torná-la cada vez mais transparente – assinalou.

Para Agripino, todos senadores devem fiscalizar

O senador José Agripino (DEM-RN) destacou a importância de os senadores acompanharem e fiscalizarem as decisões administrativas da Casa. Ele disse que a administração do Senado é complexa e, muitas vezes, são tomadas decisões sem consulta aos parlamentares.

Segundo Agripino, tais decisões afetam os próprios senadores, e estes em algum momento "podem pagar o preço da omissão". Ele assinalou que a responsabilidade pelos atos do Senado não é apenas do diretor-geral e do presidente da instituição, mas também de todos os senadores.

Pouco antes, o presidente do Senado havia afirmado que, de acordo com ato da Mesa, todas as resoluções de mudanças administrativas deveriam ser aprovadas pelo Plenário do Senado.



Flávio Torres (E), Serys Shlessarenko e Jorge Mussi em audiência na Comissão Temporária de Reforma do CPP

Magistrado elogia projeto que visa agilizar processo penal

Ministro do STJ diz que propostas para modernizar código tornarão a Justiça mais ágil, o que é necessário diante do grande número de ações aguardando decisão no país

O MINISTRO DO Superior Tribunal de Justiça (STJ) Jorge Mussi elogiou as propostas contidas no projeto que atualiza o Código de Processo Penal e que podem contribuir para dar maior rapidez nas decisões judiciais.

Em audiência pública na Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal, o magistrado ressaltou a possibilidade de haver conciliação entre as partes da ação judicial, sugerida na proposta (PLS 156/09), como uma medida eficiente para desburocratizar e agilizar o trâmite processual.

— Deixar as partes conversarem e resolverem seus problemas é uma maneira de prestar jurisdição de forma ágil e rápida e possibilitar que as pessoas resolvam seus conflitos — observou.

Mussi destacou que a adoção da possibilidade de conciliação em processos judiciais gera uma mudança de ordem cultural, que ainda enfrenta resistência, pois “a tradição das escolas de Direito é recomendar a intervenção da Justiça em todos os conflitos”.

— Essa postura e o aumento

de demandas na Justiça, devido à maior conscientização dos brasileiros sobre seus direitos, ampliam o número de processos nos tribunais — frisou.

O ministro informou que 72 milhões de ações esperam decisão judicial — um processo para cada 2,5 brasileiros —, havendo, no país, 15 mil juizes. Segundo ele, a Justiça “não tem condições de dar vazão ao grande número de processos”, o que justifica a necessidade de facilitação processual.

Mussi ressaltou também a possibilidade prevista no projeto de o tribunal do júri julgar mesmo sem a presença do réu, “pois há milhares de processos parados” porque a Justiça não consegue localizar a pessoa contra quem foi proposta a ação.

Também salientou como importante a simplificação a ser adotada nos interrogatórios feitos pelos juizes, em vez dos questionamentos formais “de difícil compreensão para o réu”.

A vice-presidente da comissão, Serys Shlessarenko (PT-MT), informou que a comissão já esteve

em vários estados realizando reuniões com a finalidade de aprimorar o projeto. Ela também defendeu a elaboração de uma legislação moderna.

O representante do STJ ainda recomendou prudência nas alterações propostas, em especial no que diz respeito ao aumento do número de jurados do tribunal do júri, passando dos atuais sete para oito membros. Na hipótese de empate, determina a proposta, o acusado é absolvido, diferentemente da Justiça americana, informou, em que o corpo do júri fica reunido até haver consenso quanto à sentença.

— Apesar de a intenção ser a melhor possível, é um princípio que teremos de maturar para ser implementado — ponderou.

Já a criação da figura do juiz de garantias, proposta pelo projeto que altera o código (Decreto Lei 3.689/41), foi classificada pelo ministro como “um avanço”. No entanto, ele disse estar consciente de que o país terá dificuldades para implementar a medida devido à sua dimensão territorial.

Órgãos poderão ter que publicar editais em site

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que pode obrigar a administração pública a divulgar, pela internet, os textos integrais dos editais referentes aos processos de licitação para alienação ou compra de bens, serviços e obras. A matéria (PLS 68/08), de autoria de Demostenes Torres (DEM-GO), foi examinada em decisão terminativa, devendo seguir para a Câmara.

Pelas regras atuais, são publicados os resumos dos avisos nos diários oficiais, grandes jornais impressos e quadros de avisos. Com a mudança que está sendo proposta na Lei de Licitações (Lei 8.666, de 1993), o órgão que estiver promovendo a compra de produtos ou serviços deverá também providenciar a publicação integral dos editais no seu próprio site.

Em Plenário, à espera de vo-



Demostenes é autor de projeto aprovado terminativamente na CCJ

tação, já existe um projeto (PLC 32/07) sobre o tema, mas prevendo apenas a publicação dos resumos dos editais na internet. Como esse projeto já não pode mais ser emendado e Demostenes quer a integralidade dos textos, a solução encontrada foi a apresentação de outro projeto. Nele, o senador define que o site oficial deverá dispor de um

certificado digital, reconhecido pelo padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil). Por meio dessa ferramenta, será possível também, esclarece Demostenes, que as publicações no site tenham “carimbo” de tempo, assegurando a possibilidade de verificação do cumprimento dos prazos mínimos entre a divulgação dos editais e o término do período de recebimento das propostas.

O relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) — que substituiu Marco Maciel (DEM-PE) na função —, recomendou a aprovação do projeto. O relatório destaca o baixo custo para aplicação da medida e o poder de atração que o fácil acesso dos documentos da licitação na internet vai imprimir ao processo licitatório, o que poderá aumentar o número de interessados e participantes na disputa.

Especialistas se dividem entre a defesa da democracia participativa, com a possibilidade de recall, e críticas às propostas consolidadas em substitutivo por Pedro Simon

Direito de eleitores revogarem mandatos gera controvérsia em audiência na CCJ

A POSSIBILIDADE DE os próprios eleitores votarem leis, convocarem plebiscitos e revogarem mandatos — como o de presidente da República e deputado federal — foi debatida ontem em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Essas medidas estão previstas em três propostas de emenda à Constituição sob a relatoria de Pedro Simon (PMDB-RS).

Durante a audiência, os professores de Direito Fábio Konder Comparato, da Universidade de São Paulo (USP), e João Baptista Herkenhoff, da Universidade Federal do Espírito Santo, defenderam a ampliação da participação popular nas decisões políticas — embora Comparato tenha criticado o texto das propostas.

Já o também professor Paulo Kramer, da Universidade de Brasília (UnB), declarou que, “em vez de perder tempo com utopias de democracia direta ou participativa, deveríamos reconstruir e aperfeiçoar nossa mais que imperfeita democracia representativa”.

Ao defender que os eleitores possam revogar mandatos (prerrogativa também conhecida como recall) e participar de plebiscitos, Comparato argumentou que mudanças na lei com esse objetivo “podem exercer um efeito educativo” sobre a população. Ele lembrou que os Estados Unidos são um dos países no qual já existe o recall. “Ao fazer isso repetidamente, o povo se

Proposta do relator prevê referendo por iniciativa popular

A proposta sobre novos instrumentos de democracia participativa que tem preferência de votação na CCJ é o substitutivo do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), que cria o direito de revogação de mandato individual — o recall do Direito norte-americano — e o veto popular.

Sobre a iniciativa popular para revogação de mandatos, o substitutivo estabelece que, transcorrido um ano da data da posse, o presidente da República e os senadores e deputados federais poderão ter seus mandatos revogados por referendo popular.

Caberá ao TSE convocar o referendo, que será realizado em até três meses após o recebimento da iniciativa popular. O substitutivo abre espaço, nos últimos 20 dias antes do referendo, para a divulgação das teses das partes pró e contra a revogação do mandato em questão.

Se a soma dos votos nulos e em branco corresponder a mais da metade do total dos votos colhidos, o referendo será considerado sem efeito. Se o resultado do referendo for contrário à revogação do mandato eletivo, não poderá ser feita nova consulta popular sobre o mesmo ocupante do cargo até o término do mandato ou o fim da legislatura em curso.

Se, ao contrário, o resultado for pela revogação de mandato, o sucessor legal do cargo tomará posse em 48 horas após a publicação oficial do resultado, e será convocada nova eleição para o cargo no prazo máximo de três meses.

O substitutivo define ainda que os estados, o Distrito Federal e os municípios regularão, em suas Constituições e Leis Orgânicas, o referendo de revogação dos mandatos dos respectivos chefes do Executivo e membros dos Legislativos, observado o que estiver previsto na Constituição federal.

O texto proposto por Simon explicita que o Congresso Nacional não tem competência para autorizar referendo sobre revogação de mandato.



Fábio Comparato (E), João Baptista Herkenhoff, Wellington Salgado e Paulo Kramer debatem propostas sobre a possibilidade de convocação de plebiscito por eleitores insatisfeitos

dá conta de que o poder está com ele. E aquele que exerce o poder passa a prestar contas”, explicou o professor.

Kramer discordou, afirmando que, “se frequência de consultas populares fosse indicador de democracia, a Venezuela de Chávez seria um paraíso democrático, e não a semiditadura que já é e a ditadura que está para se tornar; se frequência de consultas populares fosse indicador de sanidade administrativa, a Califórnia do [governador Arnold] Schwarzenegger não estaria tecnicamente falida”.

— A democracia representativa, que se dá pelo voto direto, é insubstituível. O país deveria adotar o voto distrital puro, que acorrenta o representante ao representado — disse.

Compatibilidade

Ao responder a Paulo Kramer, João Baptista Herkenhoff frisou que “não há oposição entre democracia representativa e democracia participativa; as duas formas são absolutamente compatíveis”. O professor da Universidade Federal do Espírito Santo defendeu “o alargamento da cidadania, que pode se viabilizar com a democracia semidireta, que não desconsidera os representantes e, ao mesmo tempo, aproxima a sociedade da arena decisória”.

As propostas que motivaram a audiência são a PEC 80/03, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE); a PEC 82/03, de Jefferson Péres (PDT-AM, que faleceu no ano passado); e a PEC 73/05, de Eduardo Suplicy (PT-SP). A partir dessas matérias, Simon elaborou um substitutivo que tramita na CCJ e, depois de votado na comissão, será submetido ao Plenário.



Pedro Simon (E), Antônio Carlos Valadares, Heráclito Fortes e Marconi Perillo durante audiência na CCJ sobre democracia participativa

Relator admite reduzir exigência sobre percentual de eleitorado

Pedro Simon afirmou que pode alterar seu relatório sobre as três PECs que permitem aos eleitores vetar leis, convocar plebiscitos e revogar mandatos. O item em discussão trata dos requisitos mínimos exigidos na apresentação de iniciativa popular para revogação de mandato de presidente da República.

De acordo com o substitutivo, para esse tipo de referendo é preciso que seja encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) iniciativa popular assinada por pelo menos 5% do eleitorado nacional, distribuído por no mínimo nove estados, com não menos de 2% dos eleitores de cada um deles.

Simon admitiu, no entanto, que a porcentagem de 5% pode ser reduzida para 1% do eleitorado

nacional. O senador fez essa observação após ouvir os comentários do professor de Direito Fábio Konder Comparato, durante a audiência pública. Comparato disse que a exigência de 5% “não parece razoável, pois, na prática, demanda a assinatura de aproximadamente 6,5 milhões de pessoas”.

O professor lembrou que “os projetos de lei de iniciativa popular exigem 1% do eleitorado para serem apresentados, o que equivale, hoje, a cerca de 1,3 milhão de pessoas”. Simon explicou que o percentual maior que 1% objetivava “não vulgarizar” o pedido de revogação de mandato.

— Mas reconheço que isso ainda pode ser discutido — reiterou. Segundo o substitutivo de Simon,

referendo sobre presidente da República poderá ser realizado ainda mediante requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado, também dirigido ao TSE.

No caso de revogação do mandato de senador, a exigência é de que a iniciativa popular seja assinada por pelo menos 5% do eleitorado estadual respectivo, distribuído por no mínimo nove municípios, com não menos de 2% dos eleitores de cada um deles. Já na hipótese de revogação de mandato de deputado federal, a iniciativa popular deve ser firmada por pelo menos 0,2% do eleitorado estadual respectivo, distribuído por pelo menos sete municípios, com não menos de 0,5% dos eleitores de cada um deles.

Simon defende ação pela ética na esfera pública

Em seu relatório sobre as PECs debatidas ontem na CCJ, o senador Pedro Simon afirma que “percorrer com olhos da responsabilidade pública os jornais dos últimos lamentáveis anos da história política deste país é ter diante de si a evidência da necessidade de uma ação decisória e contundente na esfera pública do Brasil, sob pena de se condenar este país, seu sistema e suas instituições à falência final”.

Simon registra que as três propostas — PECs 73/05, que propõe referendo popular para revogação de mandato de presidente da República e de congressista; 80/03, que cria o direito de revogação e o veto popular; e 82/03, que dispõe sobre o plebiscito de confirmação de mandato dos representantes do povo eleitos em pleito majoritário — “fazem a junção do recall norte-americano com o direito de revogação coletiva do Direito alemão”.

Para o senador, essas instituições do Direito Constitucional estrangeiro representam “um avanço monumental rumo à responsabilidade no exercício do mandato e um ponto final às retóricas vazias e mentirosas, envernizadas pelo marketing político”.

Ainda segundo Simon, “os efeitos de trazer o eleitor ao principal palco na política diária — e não apenas quadrial —, de propiciar a fiscalização diuturna das condutas políticas e institucionais dos eleitos e da imposição de responsabilidade política no desempenho das funções públicas são evidentes”.

Sarney: emenda que amplia vagas para vereadores é controversa

“Esse é um assunto controvertido que, naturalmente, a Justiça é que vai decidir”, disse o presidente do Senado, José Sarney, sobre a emenda constitucional que o Congresso promulgou na última quarta-feira, aumentando em cerca de 7 mil o número de vagas de vereadores nas câmaras municipais brasileiras.

Com a promulgação da emenda, suplentes de vereadores que, desde o ano passado, ocupam os salões do Legislativo pressionando por essa votação, vivem a expectativa sobre a posse.

O texto determina que os efeitos da decisão são retroativos a 2008, o que lhes permitiria tomar posse nas câmaras de vereadores imediatamente. No

entanto, há um questionamento jurídico sobre a legalidade dessa retroatividade.

Os presidentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Ayres Britto, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, têm manifestado dúvida sobre a legalidade da posse dos suplentes. E o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), César Britto, anunciou que acionará o STF caso a Justiça Eleitoral resolva dar posse aos suplentes.

Na opinião de Sarney, a polêmica existe.

— Há uma controvérsia jurídica que, acredito, vai terminar nos tribunais — disse o presidente do Senado.

Ministro Edson Santos pede pressa no Estatuto da Igualdade

O ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, pediu pressa do Senado na votação do Estatuto da Igualdade Racial, que há dez anos aguarda uma decisão definitiva do Legislativo. O ministro foi recebido ontem por José Sarney. O texto do Estatuto da Igualdade Racial já foi votado na Câmara.

De acordo com o ministro, Sarney se comprometeu a buscar a mobilização do Senado para a votação rápida dessa matéria. Há dez dias, a Câmara aprovou o texto, um substituti-

vo do deputado Antônio Roberto (PV-MG) a projeto original do senador Paulo Paim (PT-RS). A expectativa do ministro é que o acordo que viabilizou a votação na Câmara garanta agora a rápida deliberação da matéria no Senado.

Edson Santos afirmou aos jornalistas que o Estatuto da Igualdade Racial “não é uma panaceia para os problemas brasileiros”.

— Mas é um ponto de partida para a discussão da questão racial no Brasil. Por si só, ele não é uma solução — disse.



Edson Santos (E) diz que Sarney se comprometeu a buscar mobilização do Senado

TCU vai investigar liberação de emendas, saúda Mozarildo

O Tribunal de Contas da União (TCU) examinará denúncia apresentada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sobre possíveis irregularidades na liberação, pelo governo federal, de recursos orçamentários previstos em emendas parlamentares. O senador saudou a decisão.

Mozarildo informou que o TCU foi autuado como representante e que o ministro Valmir Campelo concordou com a proposta da área técnica de conceder prazo de 15 dias à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para que informem ao tribunal quais são os critérios para seleção e liberação de emendas parlamentares e quantas emendas foram beneficiadas, entre outros pontos.

O senador acrescentou que toda atividade pública tem que se basear em princípios constitucionais claros — legalidade,



Mozarildo anuncia que tribunal vai examinar denúncia apresentada por ele

impeabilidade, moralidade, publicidade e eficiência.

— Como podem, então, o presidente e seus ministros, ou até mesmo pessoas de segundo e terceiro escalão, travar a destinação de um recurso público colocado no Orçamento, que é para ir para um município tal, para uma obra ‘x’, apresentada por um deputado ou senador que conhece mais do que ninguém a realidade? — questionou.

Senador apela a deputados para que aprove projeto de Tião Viana que regulamenta a Emenda 29, a qual garante à saúde verbas da União, estados e municípios

Valadares pede à Câmara que vote recursos para a saúde

EM PRONUNCIAMENTO FEITO ontem, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) voltou a cobrar a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 29, a qual determina que a União destine 10% de sua receita líquida em favor da saúde, enquanto os estados ficariam obrigados a contribuir com 12% e os municípios participariam com 15%.

Valadares disse que o projeto (PLS 121/07), do senador Tião Viana (PT-AC), é "magistral", pois a definição dos critérios dos repasses impede a adoção de mecanismos que permitam o desvio dos recursos para outros setores. Também serve para beneficiar municípios, que mesmo sem condições, acabam assumindo a maior parte dos gastos em saúde, enquanto a União ainda estabelece o quantitativo de sua participação.

O senador pleiteou a melhoria na gestão e mais recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS), por entender que esse é o "grande plano de saúde" das camadas mais desfavorecidas da população, que estariam "à míngua" se não contassem com essa cobertura de âmbito universal, gratuita e custeada pelo Estado.

– Salta aos olhos que gastamos pouco em saúde no Brasil.



Valadares defende melhora na gestão e mais recursos para o SUS

Além de pouco, nós evidentemente precisamos de grande melhora na gestão dos gastos. E nem falo da corrupção e das fraudes – disse.

Exaltando o SUS, Valadares lembrou que, nos Estados Unidos, onde não existe um sistema similar ao brasileiro, 14 mil pessoas perdem seu seguro-saúde todos os dias. Além disso, metade dos americanos abaixo de 65 anos ficará sem cobertura em algum momento nos próximos 10 anos, conforme alerta feito pelo presidente Barack Obama.

O que existe neste momento nos Estados Unidos, observou Valadares, é um conflito entre os que se alinham com Obama, em favor da assistência médica e da oferta de alguma cobertura àqueles que estão perdendo o emprego e a assistência em saúde, e os setores que não aceitam

mais o Estado ou outra ação de governo ampliando a cobertura pública no setor.

Gastos

Valadares disse que o gasto do Brasil em saúde "deixa muito a desejar" quando comparado com outros países de porte "incomparavelmente menores". Citando relatório da Organização Mundial da Saúde, ele observou que o gasto público anual em saúde no Canadá é de US\$ 2.587 *per capita*, contra US\$ 1.757 na Espanha e US\$ 323 no Brasil. Enquanto no Canadá a saúde representa 17,8% das despesas totais do governo e na Espanha esse percentual atinge 15,5%, no Brasil o volume não passa de 7,2%.

Em relação às despesas totais aplicadas em saúde, Valadares disse que o Brasil também perde para Itália (14,2%), Chile (14,1%) e México (10,8%). Em 2007, o SUS teve que funcionar com R\$ 42,80 mensais por habitante, incluindo gastos com controle de endemias, vacinação e vigilâncias sanitária e epidemiológica.

A saúde complementar teve R\$ 108,30 por mês para atender cada um dos 39 milhões de usuários, total que corresponde apenas à assistência médica e, mesmo assim, complementada pelo atendimento do SUS.

Viana quer desobrigar SUS de importar remédio

Tião Viana (PT-AC) pediu a aprovação de seu projeto (PLS 219/07) que veda, em todas as esferas do Sistema Único de Saúde (SUS), despesas com medicamentos importados sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Tião Viana fez o apelo a partir da leitura de editorial publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, analisando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a responsabilidade do SUS de fornecer gratuitamente medicamentos importados de alto custo.

De acordo com Tião Viana, os gastos dos órgãos de saúde pública do país com o pagamento de remédios importados, determinados por liminares judiciais,



Tião Viana: gastos com remédios importados alcançam R\$ 2 bi este ano

tornaram-se muito elevados, tendo alcançado, somente este ano, mais de R\$ 2 bilhões. Esses gastos, assinalou o senador, reduzem os recursos para o tratamento de doenças comuns, como tuberculose, hanseníase,

malária e esquistossomose, que acometem parcela muito maior e mais necessitada da população.

– Agora, quando estamos com um sistema organizado, através de seu arcabouço institucional, que é o SUS, e precisamos seguramente reduzir os agravos à saúde, mas precisamos também de orçamento, estamos tendo gastos irracionais por falta de uma legislação específica sobre uma matéria dessa natureza.

O projeto de Tião Viana desautoriza o pagamento pelo SUS de procedimentos cirúrgicos experimentais, bem como os para fins estéticos ou embelezadores. A proposta está em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Campanha quer compromisso do Brasil com redução de gases

O Movimento Brasil no Clima deflagra no próximo domingo, com uma caminhada entre os bairros do Leblon e Leme, no Rio de Janeiro, campanha nacional para pressionar o governo a se comprometer com metas para a redução das emissões de carbono no Brasil.

Definidas em termos quantitativos e verificáveis, essas metas devem marcar a posição do país na 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), segundo defendeu ontem Marina Silva (PV-AC).

Sob patrocínio da ONU, a conferência acontecerá entre 7 e 19 de dezembro, em Copenhague. Para Marina, o Brasil deve se apresentar no evento como protagonista do debate sobre os problemas climáticos no planeta. Na entrevista em que abordou o tema, ao lado do vereador Alfredo Sirkis (PV-RJ), ela salientou que a posição do país deve ser construída com a sociedade, não podendo ser apenas de governo. O PV propõe que o Brasil assumira metade das metas que sejam acordadas



Marina: metas devem marcar posição brasileira em Copenhague

para os países desenvolvidos do hemisfério Norte para a redução das emissões de carbono.

Marina disse que a reversão do problema climático é responsabilidade de todos os países, mas as metas devem ser diferenciadas, refletindo a contribuição histórica das nações desenvolvidas para o aquecimento global, assinalando que os emergentes não podem deixar de fazer sua parte, apesar da menor responsabilidade. Do contrário, será impossível alcançar a meta de limitar a no máximo dois graus o aumento da temperatura média do planeta até o fim do século.

É preciso equilíbrio na questão ambiental, diz Valter Pereira

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) disse ontem, em pronunciamento, que é preciso buscar o equilíbrio na questão ambiental, tendo em vista que impedir o desfrute das riquezas naturais é tão irracional quanto a degradação do meio ambiente.

– Infelizmente é muito disso o que vem acontecendo na abordagem de tão importante questão. Por um lado, há os que exploram de forma predatória as riquezas naturais; por outro, os fundamentalistas que querem congelar os potenciais econômicos da natureza. O que se impõe, na verdade, é buscar o ponto de equilíbrio – afirmou.

Valter Pereira disse ainda que o equilíbrio pode ser alcançado por meio da sustentabilidade, que deve inspirar as decisões de governo e guiar as iniciativas do setor privado. O senador, no entanto, afir-



Valter Pereira: é irracional impedir o desfrute das riquezas naturais

mou que a sustentabilidade não pode ser entendida pela "mera suposição de critérios valorizativos eminentemente pessoais".

– A sustentabilidade precisa se fundamentar no estudo científico, na pesquisa, na experimentação.

Em aparte, o senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) manifestou apoio a Valter Pereira.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Osvaldo Sobrinho

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Flexa Ribeiro alerta sobre riscos da economia do país

Ainda que o Brasil tenha obtido mais um "selo de reconhecimento" dado pela agência de *rating* Moody, isso não quer dizer que a situação econômica do país seja totalmente confortável, advertiu o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Segundo afirmou, no mesmo comunicado em que concedeu ao Brasil o grau de investimento, a agência ressaltou aspectos que o governo Lula preferiria ver esquecidos, como os excessivos gastos públicos federais e a trajetória de crescente desvalorização do dólar.

Flexa Ribeiro observou que a Moody e outras instituições de classificação de risco são as mesmas que, há pouco mais de um ano, avalizaram com mérito papéis podres de instituições que depois implodiram o sistema financeiro mundial.

– Essas instituições tratavam como brilhantes picaretas como Bernard Madoff; portanto, não se deve comprar pelo valor de face o que elas vendem – recomendou.

O senador se disse preocupado com o fato de o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, terem discursado com "excesso de otimismo" logo após o comunicado da agência. Para Flexa Ribeiro, a atitude foi imprudente quando se considera o déficit fiscal do país.

– Em matéria de administração dos seus gastos, a nota do governo Lula não é boa.

Queda do dólar

Sobre a constante queda do dólar, Flexa Ribeiro observou que, ao contrário do que muitos imaginam, patamares muito baixos da moeda norte-americana não são tão vantajosos para o Brasil, já que provocam depressão nas exportações, com concentração em produtos básicos e não manufaturados. Conforme destacou, a pauta brasileira voltou a ser concentrada em *commodities*, que são aqueles produtos que não passam por processo industrial e, portanto, rendem menos nas trocas comerciais.

– O corolário disso tudo é que o país fica pendurado na brocha de poucas economias, como a chinesa, e sujeito ao humor das oscilações das cotações das *commodities*. Trata-se de algo que, para muitos, não se sustenta: estamos diante de um segmento cujos preços internacionais estão hoje em estado de histeria e que, para piorar, gera poucos empregos.



Para Flexa Ribeiro, situação do Brasil não é confortável

Na Comissão de Relações Exteriores, ministro do Desenvolvimento afirma que Brasil exportou 24,7% a menos em 2009, mas saldo comercial do país aumentou 18%



Miguel Jorge (E), ao lado do senador Eduardo Azeredo na CRE, faz previsão otimista do comércio exterior para 2010

Exportações se recuperam com fim de recessão global

O AUMENTO DAS exportações brasileiras, no momento em que o mundo começa a superar a crise econômica, dependerá mais da rápida recuperação da economia mundial do que de uma possível valorização do dólar, afirmou ontem o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, em audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O ministro informou que as exportações brasileiras de janeiro a agosto deste ano foram de US\$ 97,9 bilhões, em uma queda de 24,7% em relação a igual período de 2008. As importações tiveram uma queda ainda maior: 31,1%. Com isso, o saldo comercial nos oito primeiros meses do ano já alcançou US\$ 19,9 bilhões, 18% superior ao do mesmo período de 2008.

Miguel Jorge observou ainda que as exportações de manufa-

turados caíram 31,3% de janeiro a agosto, sempre em comparação com o mesmo período do ano passado. Enquanto isso, as vendas de produtos básicos tiveram queda inferior, de 13,1%.

Ao tomar conhecimento dos números apresentados pelo ministro, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) quis saber se, mantida a atual taxa cambial, as exportações de manufaturados poderiam retomar os mesmos níveis registrados antes da crise. – É claro que o dólar em outro patamar ajudaria. Mas ajudaria muito mais a recuperação rápida da economia em todo o mundo. O que tem inibido as exportações é a crise em outras economias, como se pode ver na queda da venda de automóveis – disse Miguel Jorge.

O ministro lembrou que o período de recessão brasileira já terminou e fez uma previsão otimista para 2010. Em sua opinião,

“novas e imensas oportunidades” serão abertas no próximo ano, quando o ambiente para investimentos – especialmente em áreas como a da exploração do petróleo da camada pré-sal e a das energias renováveis – estará ainda melhor do que no período que antecedeu a crise econômica mundial.

Durante o debate, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da CRE, manifestou preocupação com a substituição de produtos brasileiros por chineses no mercado da Argentina. Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou a necessidade de o Brasil incluir maior conteúdo de inovação tecnológica nos produtos que exporta. E Roberto Cavalcanti (PRB-PB) pediu que o governo se empenhe para obter da França contrapartidas comerciais às grandes compras de equipamentos militares que fará daquele país.

Celso Amorim agradece a Azeredo apoio da CRE

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, telefonou na manhã de ontem ao presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), para agradecer o apoio do colegiado em relação ao episódio do cerco à embaixada brasileira em Honduras, após a chegada ao local do presidente deposto Manuel Zelaya.

Na ligação feita durante reunião da CRE, o ministro comunicou que caiu para 60 o número de hondurenhos que se encontram na embaixada juntamente com o ex-presidente, que retornou ao seu país no início da semana. A informação, logo transmitida aos demais senadores pelo presidente da CRE, foi bem recebida pela comissão.

– Existia, sim, uma preocupação com o grande número de pessoas que se encontravam na embaixada. Discordo do uso político da embaixada brasileira – disse Azeredo, comunicando ter recebido de Amorim a garantia de que o governo brasileiro não tinha conhecimento dos planos de Zelaya de retornar a Honduras.

Logo após divulgar o conteúdo de sua conversa com o ministro, Eduardo Azeredo recebeu apoio dos senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Para Dornelles, uma coisa é abrigar o presidente deposto na embaixada brasileira; outra, bem diferente, seria permitir que a embaixada funcionasse como comitê político de Manuel Zelaya.

Comissão vai reexaminar requerimento de repúdio

A Comissão de Relações Exteriores vai reexaminar requerimento, aprovado terça-feira no colegiado, de voto de censura e repúdio ao cerco militar à embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão contra as manifestações dos partidários do presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya.

O comunicado foi feito ontem no Plenário por Heráclito Fortes (DEM-PI), membro da comissão, ao pedir a retirada do requerimento da pauta de votações, no momento em que o presidente do Senado, José Sarney, anunciava a votação da proposta.

Segundo Heráclito, o reexame será necessário devido a informações recebidas posteriormente de que a embaixada do Brasil estaria abrigando, além de Zelaya, cerca de 110 aliados políticos.

– Temos que ser solidários com o exilado, mas não com o uso da embaixada como base para retomada do poder. Sou a favor de que Zelaya, eleito legitimamente, retorne ao poder em Honduras, mas o Brasil não tem tradição de envolver-se em questões internas de outros países.

Já o presidente da CRE, Eduardo Azeredo, disse que “uma coisa é repudiarmos a agressão à embaixada; outra é a permanência de um número excessivo de pessoas. A embaixada não tem condições de abrigar esse número e de aceitar um eventual uso político”.

Suplicy explica por que defende Cesare Battisti

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou ontem conversa que teve em seu gabinete, em 2007, com a escritora francesa Fred Vargas, a respeito do ex-ativista italiano Cesare Battisti, acusado de ter cometido quatro assassinatos na Itália. O senador afirmou que, depois de estudar em detalhes o caso, chegou à mesma conclusão da escritora: ele não cometeu tais crimes.

Da tribuna de honra do Plenário, Fred Vargas ouviu o discurso de Suplicy. O senador disse que resolveu lembrar o fato como uma forma de responder às pessoas que o procuram para perguntar os motivos que o levaram a ingressar nas fileiras dos que defendem Battisti.

Fred Vargas veio ao Brasil acompanhar o julgamento de Battisti no Supremo Tribunal Federal. Depois de estudar as 131 páginas do voto proferido pelo ministro relator, Cezar Peluso, ela disse ter detectado o que considera faltas que teriam levado o magistrado a uma conclusão errônea.

Por intermédio de Suplicy, a escritora enviou a Peluso um documento intitulado “Treze perguntas ao ministro relator Cezar Peluso, equívocos e imprecisões que podem levar um homem à prisão perpétua”.

Questionamento

Suplicy leu um resumo do texto enviado pela escritora. A primeira indagação que ela faz ao ministro é por que não foi mencionado em seu voto que as procurações que Battisti teria assinado em nome de advogados são falsas. Ela também questiona o fato de que o magistrado não levou em consideração as torturas que teriam sido cometidas contra os acusados da extrema-esquerda italiana.

Fred Vargas também considerou, de acordo com Suplicy, que Peluso não disse aos seus pares que não constaria no processo uma única prova ou testemunho da culpabilidade de Battisti.

– Se o embaixador da Itália no Brasil, Gherardo La Francesca, que dispõe de todas as informações dos processos relativos a Cesare Battisti, disser o nome de uma única testemunha, que disponha de plena saúde mental, que não seja um dos delatores arrependidos e premiados, entendendo que o STF deve solicitar, por rogatória, que a citada pessoa seja ouvida para compor os autos do processo, antes da decisão final – afirmou Suplicy. Em aparte, Tião Viana (PT-AC) classificou como democrática a atitude do senador.



Suplicy lê resumo de questionamento de Fred Vargas a voto de ministro

Data comemorativa internacional tem como tema este ano os impactos ambientais da atividade turística

Sessão especial celebra Dia do Turismo

O DIA INTERNACIONAL do Turismo, celebrado oficialmente em 27 de setembro, foi comemorado ontem em sessão especial. O evento contou com a presença do Ministro do Turismo, Luiz Eduardo Barretto, da presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Nilde Clara de Souza Brun, e do presidente da Confederação Nacional do Turismo (CNTUR), Nelson de Abreu.

O Dia Internacional do Turismo foi instituído em 1970 em homenagem à data de aprovação dos estatutos da Organização Mundial do Turismo (OMT), entidade governamental vinculada à Organização das Nações Unidas.

A OMT funciona como um fórum sobre as políticas e as questões relativas ao desenvolvimento do turismo e congrega 144 países e 350 organizações

afiliadas, dos setores público e privado.

Este ano, por recomendação da OMT, o evento tem seu foco voltado ao tema "Mudanças climáticas: o turismo em busca da ecoeficiência", com o objetivo de discutir os impactos da atividade turística no planeta.

Senadores ocuparam a tribuna para lembrar a importância da data, enaltecer o potencial turístico brasileiro e pedir mais

atenção ao setor que, segundo afirmaram, apesar de estar em crescente expansão, ainda tem participação pouco expressiva no produto interno bruto (PIB) nacional.

A sessão especial foi realizada por iniciativa do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), licenciado do Senado desde a última semana para ocupar cargo de secretário de Educação do Tocantins.



Senadora afirma que agronegócio brasileiro é moderno e competitivo

Marisa Serrano elogia atividade agropecuária

Marisa Serrano (PSDB-MS) ressaltou ontem a importância da agropecuária para o país. Ela também manifestou apoio à instalação de comissão parlamentar mista de inquérito para investigar repasses federais para entidades ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A senadora elogiou o desempenho do setor agropecuario brasileiro nas últimas décadas, que tem apresentado crescente produtividade, desenvolvimento tecnológico significativo e processos eficientes.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), informou a senadora, a cadeia do agronegócio brasileiro corresponde a 30% do produto interno bruto (PIB), o equivalente a R\$ 728 bilhões em 2008. O setor, acrescentou Marisa Serrano, gera mais de 26 milhões de empregos, ocupando cerca de 28% da população ativa do país.

– Em síntese, a agropecuária brasileira é moderna, produtiva, encontra-se integrada ao mercado internacional e nele compete com grande desenvoltura – disse.

Marisa Serrano também defendeu uma discussão mais aprofundada sobre a proposta do governo federal de atualização dos índices de produtividade que servem como parâmetro para definir as propriedades que podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Ela afirmou ainda que o país precisa discutir a reformulação do Código Florestal.

– É preciso voltar os olhos para o problema da terra no Brasil. Somos um país produtor de alimentos e vivemos com a missão de encontrar o equilíbrio entre a produção necessária para garantir a sobrevivência humana e o respeito ao meio ambiente.



Plenário do Senado durante sessão em homenagem ao turismo. À mesa, Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Marconi, deputado Marcelo Teixeira e Nilde Brun



Neuto de Conto: turismo no Brasil ainda "engatinha"

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Neuto de Conto (PMDB-SC), afirmou que a atividade turística no Brasil "está apenas engatinhando", apesar de ser fonte de riqueza para muitas nações.

Adelmir Santana (DEM-DF) também defendeu o fortalecimento da atividade no país. Ele lembrou que o turismo é tão importante que abrange mais de 52 setores da cadeia produtiva, entre eles o transporte, o comércio, os serviços e a agricultura. Mas lastimou que "o medo da violência, a má estrutura dos serviços, as crises e o caos no setor aéreo afastem o turista internacional do Brasil".

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) ressaltou que o país oferece todas as condições para o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Já César Borges (PR-BA) afirmou que o turismo deve merecer atenção especial da administração pública porque, segundo recordou, é um dos maiores geradores de emprego e renda. Atualmente, informou, o setor emprega cerca de 8 milhões de brasileiros.

País precisa valorizar mais o setor, dizem senadores

O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), que abriu a sessão especial em homenagem ao Dia Internacional do Turismo, lembrou que o principal objetivo da data é promover a conscientização de toda a comunidade internacional sobre a importância dessa atividade, "especialmente em seus aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos".

– No Brasil, o turismo é uma indústria de extrema importância, especialmente para as regiões menos favorecidas. De norte a sul, de leste a oeste, possuímos belezas naturais inigualáveis, bem como exemplares únicos de arquitetura, culinária e manifestações culturais – destacou Marconi.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou que a participação do Brasil na indústria mundial do turismo ainda seja pouco expressiva, em comparação com países desenvolvidos, que têm no setor uma das principais fontes de renda.

– Hoje, o turismo representa para os países em desenvolvimento algo em torno de 10% de suas receitas. É pouco, se comparado com os países desenvolvidos, que alcançam índices algumas vezes superiores a 40%, casos da Espanha e França – destacou.

Marisa Serrano (PSDB-MS) enalteceu a criação do Ministério do Turismo, em 2003, como um "marco para o turismo brasileiro" e pediu mais recursos orçamentários para desenvolver o setor no Brasil, que, segundo citou, detém apenas 1% do produto interno bruto (PIB) do turismo mundial.

– É preciso eliminar gargalos infraestruturais, investir em qualificação de pessoal, expandir as rotas turísticas – frisou.

O senador Sadi Cassol (PT-TO) informou que o turismo no Brasil, embora ainda em fase de desenvolvimento, já representa atualmente o primeiro item do setor de serviços da balança comercial.

Educação

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), somente haverá desenvolvimento pleno do turismo brasileiro quando houver uma revolução interna na educação de base, para que todos possam, por exemplo, comunicar-se em outro idioma, além do português, com os estrangeiros que visitam o país.

Serys Shessarenko (PT-MT) elogiou a escolha do tema mudanças climáticas, pela Organização Mundial do Turismo (OMT), para a data comemora-

tiva deste ano.

– Serão apresentados alguns bons resultados de práticas turísticas preservacionistas em todo o mundo – afirmou a senadora.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou pontos turísticos, belezas naturais, festividades e pratos típicos do Pará, região que, segundo lembrou, corresponde a 26% da região amazônica.

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) afirmou que falar em turismo é falar em uma das atividades mais prósperas do mundo, "que movimentam grande parte da geração de empregos do país, dando oportunidade a vários setores da economia e, além de tudo, fazendo as pessoas felizes".

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) que pediu a regulamentação da profissão de turismólogo, profissional de nível superior que analisa e estuda o turismo em sua totalidade.

Mão Santa (PSC-PI) enalteceu o potencial turístico de duas cidades do Piauí: Teresina, a capital, e Parnaíba. Mas queixou-se da crescente onda de violência nessas cidades, o que, observou, está afastando os turistas.

José Nery (PSOL-PA) salientou ser necessário inserir a atividade turística como prioridade de governo.

Mão Santa justifica troca de partido: "PMDB não é mais o mesmo"



Senador ingressou no PSC para poder concorrer à reeleição

O senador Mão Santa (PSC-PI) iniciou seu discurso ontem citando o ex-senador Petrônio Portella: "Só não muda quem demite o seu direito de pensar". Ele leu carta explicando sua saída do PMDB e ingresso no PSC. "O PMDB não é mais aquele", disse.

Mão Santa referiu-se à história do partido, dizendo ter sempre buscado inspiração para sua carreira política em figuras como Juscelino Kubitschek,

Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Pedro Simon, Celso Barros e Chagas Rodrigues, entre outros, e lamentou as atitudes atuais do partido para com ele.

O senador disse que ficou insatisfeito com o fato de o PMDB não querer lançar candidatura própria à Presidência da República e por não apoiá-lo em nova candidatura ao Senado.

– Hoje, sou condenado pelo PMDB, em meu estado, por fa-

zer uma oposição responsável em defesa de uma melhor segurança pública, de saúde para todos, de uma educação pública de qualidade, de oportunidade de emprego para jovens e adultos, pelo fim das injustiças aos aposentados e pelo combate à corrupção – disse.

O parlamentar acrescentou que se sente honrado em ingressar no PSC e registrou que o lema de sua nova legenda é "fé e ética na democracia".

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou a saída do senador do partido e fez elogios à trajetória política do colega e à sua personalidade. Disse que Mão Santa é líder de audiência na TV Senado e destacou sua coerência.

– É muito triste o PMDB praticamente determinar a saída de Vossa Excelência. O que o PMDB fez para merecer uma direção como essa que tem? – indagou Simon.